ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: ATIVISMO JURÍDICO OU UMA NOVA FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Jurandir Manoel de Carvalho¹

Pedro Henrique de Assis Crisafulli (Orientador)²

Resumo: Este trabalho visa aferir se a declaração do sistema carcerário como um Estado de Coisa Inconstitucional pode ser considerada com ativismo judicial ou uma nova forma de garantias dos direitos fundamentais. Para tanto foi feita uma análise de decisões e discussões acerca do tema. O estudo realizado se deu a partir do método explicativo, valendo-se de pesquisas bibliográficas. Dessa forma, foram utilizados materiais já existentes, tais como artigos, livros e conteúdos disponíveis na internet, além de um processo de investigação comandado pelo Poder Legislativo – CPI. Através da análise dos mencionados conteúdos, percebeu-se que o tema abordado ainda carece de informações e posicionamentos. Contudo, mesmo diante de tal conclusão, foi possível constatar que, embora a aplicação da teoria Estado de Coisa Inconstitucional seja por muitos considerada como ativismo judicial, a aplicação desta se destaca como um importante meio de superar tristes quadros de violações massivas de direitos fundamentais advindos de falhas estruturais, através de atos comissivos e omissivos dos Poderes Políticos.

Palavras-chave: Estado de coisa inconstitucional. Sistema prisional brasileiro. Ativismo judicial. Garantia dos Direitos Fundamentais.

1 Introdução.

A teoria Estado de Coisa Inconstitucional – ECI – é algo muito novo e ainda pouco discutido no ordenamento jurídico brasileiro, havendo, pois, grande carência de informações e de posicionamentos acerca desse tema que está intimamente ligado à luta pela plena efetivação dos direitos fundamentais garantidos pela Carta Magna.

Nesse diapasão, o presente artigo tem como objetivo verificar a origem da teoria ECI e seu propósito, bem como analisar a aplicação da teoria ECI no ordenamento jurídico brasileiro através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – nº 347, e toda polêmica envolvendo tal decisão.

Com intuito de alcançar tal propósito, colocamos como problematização para a presente pesquisa o recente posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, declarando o sistema carcerário brasileiro com um Estado de Coisa Inconstitucional,

¹ Graduando do curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Graduado em Direito pelo Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC (2012). Professor Universitário no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

buscando responder se tal ato é um ativismo jurídico ou uma nova forma de garantia dos direitos fundamentais.

Para atingir tais objetivos, será utilizado no nesse trabalho o método explicativo, valendo-se de pesquisas bibliográficas, em materiais já existentes, tais como artigos, livros e conteúdos disponíveis na internet, além de um processo de investigação comandado pelo Poder Legislativo – CPI.

Nesse contexto, ao longo desse artigo, buscará trabalhar ponto a ponto assuntos que se relacionam e influenciam diretamente na criação da teoria, bem como na sua aplicação. Primeiramente, será analisada a origem da teoria ECI, através da análise de casos julgados pela Corte Constitucional Colombiana. Posteriormente, será abordado o recente entendimento do Supremo Tribunal Federal, repercutindo no sistema jurídico brasileiro, através do julgamento da ADPF nº 347, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – em face da crise do sistema carcerário brasileiro, adotando a teoria do ECI. Por fim, serão trabalhadas as críticas quanto à aplicação da teoria ECI no ordenamento jurídico brasileiro.

Sendo assim, a partir das análises propostas acerca do tema supramencionado, será possível constatar, ao final da pesquisa, que embora a aplicação da teoria ECI seja por muitos considerada como ativismo judicial, a sua aplicação destaca-se como um importante meio de superar tristes quadros de violações massivas de direitos fundamentais, advindo de falhas estruturais, através de atos comissivos e omissivos dos Poderes Políticos.

2 Teoria do Estado de Coisa Inconstitucional.

As demandas de medidas estruturais para solucionar situações envolvendo violações de direitos fundamentais - por atos comissivos e omissivos dos Poderes Públicos - são históricas. No ano de 1954, a Suprema Corte norte-americana julgou o célebre caso de *Brown vs. Board of Education of Topeka*, no qual se decidiu pela inconstitucionalidade das divisões raciais entre estudantes brancos e negros em escolas públicas pelo país, bem como se afirmou que instalações educacionais separadas são inerentemente desiguais impondo-se, conseqüentemente, medidas estruturais a serem cumpridas pelo Estado (FREITAS; WEDY, 2015).

Com o passar dos anos, apesar da relevância da atuação da Suprema Corte norte-americana na temática, essa atuação deixou de ser exclusividade da Corte norte-

americana. Segundo Campos (2016), na atualidade, há uma expansão mundial do controle de constitucionalidade da omissão normativa. O autor afirma que o avanço da justiça constitucional e do papel político das cortes constitucionais foram impulsionadas pelas constituições democráticas do pós-Segunda Guerra Mundial e, a partir de então, vem acompanhando o desenvolvimento de outras ondas de democratização.

Na América Latina, especialmente na Colômbia, essas demandas estruturais foram adotadas pela Corte Constitucional local, em processo que garantiu direitos previdenciários e de saúde aos professores municipais - *Sentencia* SU-559, de 1997. Nesse momento, a temática passa a sofrer algumas modificações, vindo, inclusive, a receber o nome de teoria do Estado de Coisas Inconstitucional – ECI.

Desde então, a teoria do ECI foi amplamente utilizado no país, tendo sido invocado em várias situações, como na *Sentencia* T-68, de 1998, envolvendo a mora da Caixa Nacional de Previdência em responder petições de aposentados e pensionistas dirigidas a obter recálculo e pagamentos de diferenças das verbas previdenciárias, o julgado na *Sentencia* T-153, de 1998, na qual a Corte Colombiana buscou soluções para a superlotação carcerária e das condições desumanas das Penitenciarias Nacionais de *Bogotá* e de *Bellavista de Medellín* e na *Sentencia* T-025, de 2004, onde a Corte enfrentou um dos mais importantes casos de violação massiva de direitos fundamentais advindo de falhas estruturais, haja vista que os cidadãos colombianos eram obrigados a deslocar-se de sua terra de origem em decorrência do contexto de violência no país. Esses são, pois, alguns exemplos em que a Corte Constitucional Colombiana aplicou a teoria do ECI.

Com efeito, a Corte Constitucional Colombiana tornou-se paradigma do “ativismo judicial” na América Latina e uma das mais ativas do mundo, demonstrando que a Corte é capaz de interferir em temas de extrema relevância política, intervindo em escolhas pontuais dos poderes legislativo e executivo, alcançando seu ápice com a *Sentencia* T-025, de 2004, na qual, fazendo referências às sentenças anteriores da própria Corte, definiu fatores valorados para a concretização do ECI. *In verbis*:

Dentro de los factores valorados por la Corte para definir si existe un estado de cosas inconstitucional, cabe destacar los siguientes: (i) la vulneración masiva y generalizada de varios derechos constitucionales que afecta a un número significativo de personas; (ii) la prolongada omisión de las autoridades en el cumplimiento de sus obligaciones para garantizar los derechos; (ii) la adopción de prácticas inconstitucionales, como la incorporación de la acción de tutela como

parte del procedimiento para garantizar el derecho conculcado; (iii) la no expedición de medidas legislativas, administrativas o presupuestales necesarias para evitar la vulneración de los derechos. (iv) la existencia de un problema social cuya solución compromete la intervención de varias entidades, requiere la adopción de un conjunto complejo y coordinado de acciones y exige un nivel de recursos que demanda un esfuerzo presupuestal adicional importante; (v) si todas las personas afectadas por el mismo problema acudieran a la acción de tutela para obtener la protección de sus derechos, se produciría una mayor congestión judicial (COLÓMBIA, CORTE CONSTITUCIONAL. SENTENCIA T-025-04)

Percebe-se, portanto, que a Corte Constitucional Colombiana, quando diante de um quadro de violação massiva de direitos fundamentais de determinado grupo social, decorrente de falhas estruturais, ou seja, decorrente de atos comissivos e omissivos dos Poderes Públicos, passou a admitir a existência de um Estado de Coisas Inconstitucional e, mediante um conjunto de medidas de natureza legislativa, administrativa e orçamentária, cria soluções estruturais, envolvendo uma pluralidade de órgãos públicos, com a finalidade de superação desse lamentável quadro (CAMPOS, 2016).

Assim, grandes defensores da teoria, como o jurista Carlos Alexandre Azevedo Campos, afirmam que ao declarar o ECI, as “Cortes passam atuar como autênticos atores políticos, decidindo sobre o momento de formulação de políticas públicas e controlando sua implementação” (CAMPOS, 2016, p. 214).

Feita essa breve explicação sobre a origem da teoria do Estado de Coisa Inconstitucional, passaremos a analisar, nos próximos tópicos, a aplicação da teoria no ordenamento jurídico brasileiro, através de uma análise dos direitos fundamentais garantidos pela legislação brasileira aos reclusos nos sistema carcerário brasileiro, como a real situação do sistema carcerário brasileiro afronta essas garantias, bem como a necessidade da aplicação da teoria e as medidas tomadas com a declaração do sistema carcerário brasileiro como um ECI. Por fim, levantaremos algumas críticas a sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro.

3 Direitos constitucionais que devem ser garantidos aos detentos do sistema carcerário brasileiro.

O direito de punir do Estado é uma consequência natural imposta alguém que pratica uma infração penal, ou seja, um fato típico, ilícito e culpável. É o Estado fazendo valer seu *ius puniendi* (DUPRET; MENDONÇA, 2019)

Contudo, em um Estado Constitucional de Direito, apesar do dever/poder do Estado de aplicar uma sanção para aquele cidadão que deixar de cumprir o pacto social, essa sanção deve ser aplicada observando os princípios constitucionais, afinal, um dos fundamentos do ordenamento jurídico brasileiro é a dignidade da pessoa humana (CPI DO SISTEMA CARCERÁRIO, 2009).

A Constituição Federal garante, no inciso XLIX do art. 5º, o direito e o respeito à integridade física e moral do preso. Desse modo, podemos concluir que o preso deve conservar todos seus direitos que não foram atingidos pela privação de sua liberdade. Assim, o fato de a pessoa estar temporariamente cerceado de sua liberdade não autoriza um tratamento violento ou depravado, nem ordens que lhe submetam a atitudes ou situações constrangedoras.

O jurista Rogério Greco defende que “um Estado que procura ser garantidor dos direitos daqueles que habitam em seu território deve, obrigatoriamente, encontrar limites ao seu direito de punir” (GRECO, 2015, p. 533).

Nesse contexto, é importante destacar o art. 59 do Código Penal Brasileiro, parte final, o qual traz a finalidade da pena no direito penal brasileiro, prevendo que a pena será estabelecida conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

Assim, o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria mista ou unificadora da pena, conjugando a necessidade de reprovação e prevenção do crime, pautados, respectivamente, no critério de retribuição, onde o condenado recebe uma pena com o caráter vingativo, e no critério da prevenção, onde o Estado busca uma prevenção através da intimidação daquelas pessoas que se encontram com os olhos voltados na condenação de um seus pares, de modo que elas reflitam antes de praticar qualquer infração penal, além de buscar de alguma forma educar seus reclusos para que possam voltar para a sociedade ressocializados (GRECO, 2015).

Dando prosseguimento, tendo ficado claro a importância do direito de punir do Estado, bem como a necessidade de um limite para essa punição, visando assegurar os direitos fundamentais dos presos, passo agora a analisar a realidade do sistema carcerário brasileiro e a violações de direitos fundamentais.

4 O precário sistema carcerário brasileiro e a violação de direitos fundamentais.

Apesar de existência de diferentes setores no Brasil onde ocorrem violações de direitos fundamentais decorrentes de falhas estruturais dos poderes públicos, atualmente, o sistema carcerário brasileiro é o que produz o maior grau de violação de direitos fundamentais advindos de atos comissivos e omissivos dos Órgãos Públicos.

O sistema prisional brasileiro - não todo, mas em grande parte dele - é marcado por suas instalações insalubres, falta de segurança interna, tortura policial, ausência de medidas de divisão de presos, inexistência de direitos básicos como saúde, alimentação saudável, trabalho e educação, bem como é caracterizado pelo excesso de prisões provisórias, as quais implicam ainda mais na superlotação carcerárias, de modo que não é exagero dizer que o sistema carcerário brasileiro trata seus reclusos como menos que gente.

A ADPF nº 347, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL –, mais especificamente na petição inicial, baseada na representação formulada pela Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ –, apontou, em estudo sobre o tema, a gravidade da situação:

As prisões brasileiras são, em geral, verdadeiros infernos dantescos, com celas superlotadas, imundas e insalubres, proliferação de doenças infectocontagiosas, comida intragável, temperaturas extremas, falta de água potável e de produtos higiênicos básicos. Homicídios, espancamentos, tortura e violência sexual contra os presos são frequentes, praticadas por outros detentos ou por agentes do próprio Estado. As instituições prisionais são comumente dominadas por facções criminosas, que impõem nas cadeias o seu reino de terror, às vezes com a cumplicidade do Poder Público. Faltam assistência judiciária adequada aos presos, acesso à educação, à saúde e ao trabalho. O controle estatal sobre o cumprimento das penas deixa muito a desejar e não é incomum que se encontrem, em mutirões carcerários, presos que já deveriam ter sido soltos há anos. Neste cenário revoltante, não é de se admirar a frequência com que ocorrem rebeliões e motins nas prisões, cada vez mais violentos (BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADPF nº 347).

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário, a qual se encarregou de um importante levantamento da situação vivenciado pelos presos, fez uma grave denúncia ao afirmar que, “apesar da excelente legislação e da monumental estrutura do Estado Nacional, os presos no Brasil, em sua esmagadora maioria, recebem tratamento pior do que o concedido aos animais: como lixo humano”. Segundo as investigações, o Estado ao invés de preocupar com a recuperação daqueles que se

desviou da legalidade, “embrutece, cria e devolve às ruas verdadeiras feras humanas” (CPI DO SISTEMA CARCERÁRIO, 2009, p. 192).

Pode-se, portanto, concluir que o sistema carcerário brasileiro está falido, pois apenas produz mais violência. Segundo o jurista Carlos Alexandre Azevedo Campos, “Além de grave violação de direitos humanos, o sistema carcerário brasileiro representa também um problema de segurança pública. O fim de ressocialização dos presos é algo impensável de ser alcançado” (CAMPOS, 2016, p. 267).

Em sequência, passo analisar a declaração do sistema carcerário como um Estado de Coisa Inconstitucional, bem como as consequências de tal ato.

5 A declaração do sistema carcerário como um Estado de Coisa Inconstitucional e as medidas tomadas.

Conforme supramencionado, o tema ECI do Sistema Prisional brasileiro chegou a Corte Suprema através da ADPF nº 347, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, o qual buscou o reconhecimento expresso do Estado de Coisa Inconstitucional do Sistema Carcerário Brasileiro.

O PSOL buscou defender a tese que, com a declaração do ECI, o STF passaria impor aos demais Poderes Públicos a criação de medidas estruturais, visando à superação do quadro de violação massiva dos direitos fundamentais dos detentos brasileiros, bem como supervisionar a implementação dessas medidas.

Com o intuito de solucionar a realidade carcerária, vários foram as medidas cautelares postuladas. Primeiramente, a determinação a juízes e tribunais que motivassem, em caso de decretação provisória da prisão, o porquê de não aplicarem as medidas cautelares alternativas a privação da liberdade previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Em segundo, a aplicação imediata dos artigos 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, objetivando que seja realizada, no prazo máximo de 90 dias, a audiência de custódia do preso preventivo, bem como a possibilidade deste comparecer perante o juiz no prazo de vinte e quatro horas, a contar de sua efetiva prisão.

Em terceiro, quase um clamor, que os juízes e tribunais levem em consideração a real situação carcerária brasileira no momento de aplicar as cautelares penais na aplicação da pena em cada caso concreto.

Em quarto, praticamente um reforço da primeira, que os juízes observem, sempre que possíveis penas alternativas à prisão preventiva, haja vista a realidade de que a reclusão será cumprida em condições drasticamente mais severas do que as admitidas no ordenamento jurídico.

Em quinto, quando evidenciado que as condições de cumprimento da pena são piores do que aquelas prevista em lei, que os juízes flexibilizem os requisitos temporais para a fruição de benefícios penais.

A sexta medida foi um pedido no sentido de que o juízo da execução penal diminua o tempo de prisão do apenado quando ficar constatado que as condições de cumprimento foram efetivamente mais severas que as prevista em lei, de forma a compensar a omissão estatal.

Já a sétima medida foi a solicitação ao Conselho Nacional de Justiça para que realize mutirões carcerários com a finalidade de verificar nos processos de execuções penais eventuais irregularidades.

Por último, foi requerida a liberação do Fundo Penitenciário Nacional, bem como uma vedação à União, de modo que não mais faça contingenciamento de verbas que tenha como destino o sistema carcerário brasileiro.

Em relação ao mérito da ADPF, foi requerida a declaração de Estado de Coisa Inconstitucional do Sistema Carcerário Brasileiro, bem como a reponsabilidade do Governo Federal de encaminhar, no prazo de três meses, um plano nacional com soluções para o sistema penitenciário que possam ser implementadas nos próximos três anos.

Nesse diapasão, no dia 27 de agosto de 2015, iniciou-se o julgamento das cautelares, sendo que, por maioria, foram deferidas parcialmente as medidas cautelares postuladas, consistentes na necessidade de realização, em até 90 dias, de audiência de custódia, assegurando o direito do preso de, em até 24 horas, comparecer perante a autoridade judiciária e a ordem pra que a União libere o saldo acumulado no Fundo Penitenciário Nacional, de modo que o mesmo possa ser usado no fim para o qual foi criado, ou seja, financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário nacional. Contudo, as outras medidas cautelares postuladas foram indeferidas.

Já no mérito, a Suprema Corte reconheceu, expressamente, o sistema carcerário brasileiro como um Estado de Coisa Inconstitucional. A ementa do acórdão ficou assim redigida:

CUSTODIADO – INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL – SISTEMA PENITENCIÁRIO – ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADEQUAÇÃO. Cabível é a arguição de descumprimento de preceito fundamental considerada a situação degradante das penitenciárias no Brasil. SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL – SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA – CONDIÇÕES DESUMANAS DE CUSTÓDIA – VIOLAÇÃO MASSIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – FALHAS ESTRUTURAIS – ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL – CONFIGURAÇÃO. Presente quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas e cuja modificação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária, deve o sistema penitenciário nacional ser caracterizado como “estado de coisas inconstitucional”. FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL – VERBAS – CONTINGENCIAMENTO. Ante a situação precária das penitenciárias, o interesse público direciona à liberação das verbas do Fundo Penitenciário Nacional. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA – OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. Estão obrigados juízes e tribunais, observados os artigos 9.3 do Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, a realizarem, em até noventa dias, audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contado do momento da prisão. (ADPF 347 MC, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 09/09/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-031 DIVULG 18-02-2016 PUBLIC 19-02-2016)

Portanto, percebe-se que a Suprema Corte Constitucional Brasileira reconheceu o ECI do sistema carcerário brasileiro, afirmando o relator, conforme mencionado por Campos (2016), a violação sistemática de diversos direitos fundamentais dos presos, bem como as falhas estruturais e a falência das políticas públicas, assim como a necessidade de intervenção do Supremo Tribunal Federal, o qual irá reconhecer o ECI e tomar medidas estruturais, inclusive sobre a escolha orçamentária de contingenciamento de recursos.

Não obstante, os pedidos que foram indeferidos, percebe-se que a Corte Suprema deu um importante passo ao declarar o ECI do Sistema Carcerário Brasileiro. Pode se dizer que é um marco teórico no sistema jurídico brasileiro, o qual trará precedentes para outras demandas que envolvem violações massivas de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais dos Poderes Públicos.

Com efeito, várias críticas ao uso do ECI foram formuladas, as quais passo analisar no próximo tópico.

6 Críticas a aplicação da teoria do Estado de Coisa Inconstitucional.

Como era de se esperar, logo após o julgamento da ADPF 347, vários autores se pronunciaram contra a aplicação da teoria do ECI. Entre eles, destaca-se o texto escrito pelo professo Lenio Luiz Streck, em sua coluna semanal nas páginas do Conjur.

Segundo Streck (2015), a teoria ECI é um “ativismo judicial camuflado”, uma vez que o Supremo Tribunal Federal passa intermediar políticas públicas, o que segundo ele, é inaceitável, fechando seu raciocínio afirmando que não dá para fazer um estado social com base em decisões judiciais.

Para o autor, a teoria ECI é tão abrangente que põe em risco o princípio constitucional da separação dos poderes. Vejamos suas palavras:

O próprio nome da tese (Estado de Coisas Inconstitucional — ECI) é tão abrangente que é difícil combatê-la. Em um país continental, presidencialista, em que os poderes Executivo e Legislativo vivem às turras e as tensões tornam o Judiciário cada dia mais forte, nada melhor do que uma tese que ponha “a cereja no bolo”, vitaminando o ativismo [...]

Parece evidente que o ECI ameaça o princípio da separação dos poderes, questão central na crítica dos três professores, que colocam alguns pontos de difícil resposta por parte de quem apoia o ECI, como se, por exemplo, 51% dos deputados forem acusados de corrupção, o STF declarará o ECI, ordenando o fechamento do Congresso ou atribuirá a política a outros órgãos? (STRECK, 2015, p. 01 - 04).

Lado outro, Campos (2016) ressalta que, apesar das acusações de ativismo judicial, como usurpação dos poderes Legislativo e Executivo, bem como a falta de capacidade institucional do poder Judiciário para decidir sobre políticas públicas, a teoria tem sim um importante papel no sistema jurídico, haja vista a falta de perspectiva de melhoria das vítimas de violação massiva de direitos fundamentais.

O autor ainda defende que não há o risco da banalização da teoria, pois existe a necessidade de estarem claro alguns pressupostos essenciais para autorizar o reconhecimento do ECI, de forma a assegurar que tal medida seja excepcional. Segundo ele, quatro pressupostos essenciais devem ser preenchidos para o reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional, a saber:

O primeiro pressuposto é o da constatação de um quadro não simplesmente de proteção deficiente, e sim de violação massiva e contínua de diferentes direitos fundamentais, que afeta a um número amplo de pessoas [...]

O segundo pressuposto é o da omissão reiterada e persistente as autoridades públicas no cumprimento de suas obrigações de defesa e promoção dos direitos fundamentais [...]

O terceiro pressuposto, relacionado de perto com o segundo, tem a ver com as medidas necessárias à superação das inconstitucionalidades, especialmente se considerarmos falhas estruturais como deficiências no ciclo das políticas públicas [...]

O quarto e último pressuposto diz respeito à potencialidade de um número elevado de afetados transformarem a violação de direitos em demandas judiciais, que se somariam às já existentes, produzindo grave congestionamento da máquina judiciária (CAMPOS, 2016, p. 180 - 185)

No mesmo sentido, Ronaldo Jorge Araújo Vieira Junior alega que a adoção do instituto pela Corte Constitucional Brasileira é um passo importante para um novo patamar na relação entre os poderes federativos, os quais se mantêm independentes e harmônicos, com vistas ao alcance da efetivação dos direitos fundamentais. Vejamos suas palavras:

O “compromisso significativo”, que representa alternativa à intervenção judicial em políticas públicas fundada no “reconhecimento do estado de coisas inconstitucional”, parece ser relação institucional interativa mais rica e complexa, em que não há a imunidade total da Administração Pública, nem, tampouco, a prevalência absoluta dos juízes no sopesamento da concretização dos direitos fundamentais e da preservação das competências constitucionais dos Poderes Executivo e Legislativo (VIEIRA JÚNIOR, 2015, p. 36 - 37)

Assim, embora a divergência de opiniões sobre a aplicação da teoria, é evidente que ela se mostra um importante instrumento para concretizar direitos em face da reiterada inércia e omissão estatal.

7 Considerações finais.

Após analisar o tema proposto no presente artigo, foi possível verificar a existência de graves violações de direitos fundamentais em localidades e situações diversas, as quais decorrem de falhas estruturais do Estado. Com efeito, a teoria ECI proporciona a essas pessoas, as quais não possuem nenhuma perspectiva de melhorias, esperança de um futuro melhor.

Nesse contexto, considerando toda a discussão desenvolvida, foram encontrados elementos que corroboram a hipótese proposta, qual seja, o posicionamento

recente do Supremo Tribunal Federal, reconhecendo o sistema carcerário brasileiro como um ECI, foi um importante passo na luta pela garantia dos direitos fundamentais dos encarcerados e não pode ser considerado como um ato de ativismo jurídico.

Percebe-se que a população carcerária perfaz uma classe marginalizada, submetida a um sistema que não funciona, que não ressocializa o preso, pelo contrário, o devolve para a sociedade sem nenhuma condição para o convívio social.

Embora a aplicação da teoria ECI seja por muitos considerada como ativismo judicial, essa “ferramenta” mostra-se efetiva na superação de bloqueios políticos e traz classes minoritárias sem nenhum tipo de representação política para uma posição de visão. Portanto, só um Poder independente de custos políticos, ou seja, o Judiciário pode atuar para superar graves violações de direitos fundamentais.

Em relação às críticas ao uso da teoria do ECI, mais precisamente as acusações de ativismo judicial e o risco de banalização da teoria, é importante ressaltar que não há uma prevalência absoluta dos juízes, mas sim uma forma de coordenação entre o Legislativo e Executivo, exercida pelo Judiciário. Além do mais, a teoria aplica-se em casos específicos, ou seja, situações em que há uma reiterada inércia do Poder Público e somente quando presente pressupostos essenciais, de modo que a teoria ECI se torna uma exceção e se aplicando em casos de extrema necessidade de medidas incisivas para proteção de direitos fundamentais.

8 Bibliografia.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 abr. 2019.

_____. Câmara dos Deputados. **CPI do Sistema Carcerário**. Disponível em: [file:///C:/Users/jurandircarvalho/Downloads/cpi_sistema_carcerario%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/jurandircarvalho/Downloads/cpi_sistema_carcerario%20(2).pdf). Acesso em: 03 abr. 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347**, Rel. Ministro Marco Aurélio de Mello. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Estado de Coisas Inconstitucional**. Salvador: JusPodivm, 2016.

COLÔMBIA. **Jurisprudência da Corte Constitucional**. Disponível em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2004/t-025-04.htm>. Acesso em: 25 mar. 2019.

_____. **Jurisprudência da Corte Constitucional**. Disponível em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1997/SU559-97.htm>. Acesso em: 01 abr. 2019.

_____. **Jurisprudência da Corte Constitucional**. Disponível em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1998/T-068-98.htm>. Acesso em: 01 abr. 2019.

_____. **Jurisprudência da Corte Constitucional**. Disponível em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1998/t-153-98.htm>. Acesso em: 01 abr. 2019.

_____. **Jurisprudência da Corte Constitucional**. Disponível em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2004/t-025-04.htm>. Acesso em: 01 abr. 2019.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal Parte Geral**. Ed. 17ª. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

JÚNIOR, Ronaldo Jorge Araújo Vieira. **Separação de Poderes, Estado de Coisas Inconstitucional e Compromisso Significativo**: Novas balizas à atuação do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td186/view>. Acesso em: 05 abr. 2019.

MENDONÇA, Ana Cristina; DUPRET, Cristiane. **Penal Prática**. Ed. 6ª. Salvador: JusPodivm, 2019.

STRECK, Lenio Luiz. **Estado de Coisas Inconstitucional é uma forma de ativismo**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-out-24/observatorio-constitucional-estado-coisas-inconstitucional-forma-ativismo>. Acesso em: 03 abr. 2019.

WEDY, Gabriel; FREITAS Juarez. **O legado dos votos vencidos na Suprema Corte dos Estados Unidos**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-mar-26/legado-votos-vencidos-suprema-corte-estados-unidos#author>. Acesso em: 01 abr. 2019.